

A história do ensino superior francês. Por uma abordagem global*

For a Global Approach to the History of French Higher Education

L'histoire de l'enseignement supérieur français. Pour une approche globale

EMMANUELLE PICARD**

RESUMO – A história do Ensino Superior francês contemporâneo foi objeto, desde os anos 1970, de importantes trabalhos franceses e estrangeiros, mas está ainda longe de suscitar tanto interesse quanto outros segmentos do ensino. Este artigo apresenta um panorama crítico da pesquisa nesta área e propõe uma periodização dos contextos de produção e das temáticas dominantes, ao mesmo tempo em que reflete acerca das causas deste pequeno interesse. A apresentação dos estudos em curso permite sugerir as orientações para os próximos anos e conduz ao desenvolvimento de uma abordagem global da questão.

Descritores – Historiografia; ensino superior; França; séculos XIX e XX.

ABSTRACT – Since the 1970s, the contemporary period of the history of French higher education has been the subject of major French and foreign studies but has yet to benefit from anywhere near as much research as the other levels of education. This article presents a critical panorama of research in this field and proposes a typology by period for the contexts of production and the dominant thematic as well as considering the causes of this lesser interest. The presentation of current trends in research enables the author to suggest orientations in the areas which should be pursued in the coming years and lead her to advocate a global approach to the issue.

Keywords – Historiography; higher education; France; 19 c.; 20 c.

RESUMÉ – L'histoire de l'enseignement supérieur français à l'époque contemporaine a été l'objet, depuis les années 1970, d'importants travaux français et étrangers, mais elle est encore loin de susciter autant l'intérêt que les autres ordres d'enseignement. Cet article présente un panorama critique de la recherche en ce domaine et propose une périodisation des contextes de production et des thématiques dominantes, tout en réfléchissant aux causes de ce moindre intérêt. La présentation des chantiers en cours permet de suggérer des orientations pour les années qui viennent et conduit à prôner une approche globale de la question.

Mots-clefs – Historiographie; enseignement supérieur; France; XIXe siècle; XX e siècle.

A história do Ensino Superior se insere no encontro de diversos campos: história política, econômica, social e cultural, mas também história das ciências e dos saberes, da administração e do território. O ensino em geral, e o Ensino Superior em particular, constitui um assunto notável para quem pretende escrever uma história total. Contudo, mesmo este programa parecendo

intelectualmente excitante, jamais foi realizado. Ainda, a multiplicidade de abordagens das quais pode ser objeto o Ensino Superior permitiu-lhe que fosse estudado em suas relações com outros elementos do mundo social, político e intelectual, para os quais aquele se sobressaía nitidamente: os professores do Ensino Superior podem ser compreendidos como uma parte das elites, assim como tal

* Artigo originalmente publicado: L'histoire de l'enseignement supérieur français. Pour une approche globale ... in *Histoire de l'éducation*, 122, 2009, p. 11-33 (numéro spécial: "L'enseignement supérieur: bilan et perspectives historiographiques"). Autorizada a tradução e publicação pela autora.

** Service d'histoire de l'éducation (INRP-ENS), França. E-mail: picard.emmanuelle@orange.fr

Tradução do francês: Júlia G. Martins, Bolsista de iniciação científica CNPq – PUCRS. Aluna do curso de graduação em História – PUCRS, Porto Alegre, RS, BR. Revisão: Maria Helena Camara Bastos, Doutora em Educação – História e Filosofia da Educação; Pós-doutora no Service d'histoire de l'éducation/INRP-França; Professora do PPGE/PUCRS; Pesquisadora do CNPq, FAPERGS, Porto Alegre, RS, BR. E-mail: mhbastos@puccrs.br

Artigo recebido em: setembro/2009. Aprovado em: abril/2010.

disciplina acadêmica como uma das expressões de uma ciência, ou tal estabelecimento como um componente de uma cidade ou região. Essas abordagens são legítimas e frequentemente rendem frutos, mas contribuem pouco, quando não são seu pano de fundo, para a compreensão do Ensino Superior em sua globalidade, de seus modos de funcionamento e interações entre seus múltiplos componentes. Elas restringem as possibilidades de responder a questões específicas, como a da colocação do Ensino Superior no seio do conjunto do sistema escolar, a das relações entre níveis nacional e local, ou aquela da articulação entre atividade regulamentar e práticas efetivas.

A história do Ensino Superior se desenvolveu adotando os questionamentos mais gerais que atravessam a disciplina histórica há quarenta anos. A análise retrospectiva que propomos aqui tem por ambição explicar as grandes orientações seguidas pela pesquisa neste domínio e suas principais conclusões¹, mas também refletir, em relação aos caminhos atualmente abertos, quanto às suas possíveis perspectivas para a próxima década. O propósito foi de construir esta reflexão sobre a base de uma periodização das temáticas dominantes. As décadas de 1970 e 1980 constituíram um período privilegiado para a história social do corpo docente, que foi então objeto de enquetes prosopográficas de grande amplitude. Essas enquetes permitiram a produção de um conjunto precioso, ainda que díspar, de análises sócio-históricas em torno da questão das elites. O período seguinte se caracterizou pela multiplicação das pesquisas sobre a história das disciplinas do saber, sendo que a questão de sua inserção no Ensino Superior era tomada em conta em maior ou menor grau. Enfim, há aproximadamente quinze anos, é uma abordagem mais territorializada que domina, com a consideração das lógicas regionais, locais, ou até mesmo micro-locais. Nenhuma dessas grandes tendências da pesquisa em história do Ensino Superior é, todavia, limitada a um período; elas coexistem ainda hoje. Pareceu-nos interessante, nesta perspectiva, tentar demonstrar sua perenidade e tradução em novos projetos, para compreender as novas modalidades que as caracterizam atualmente.

I. O ENSINO SUPERIOR E AS ELITES: A UNIVERSIDADE NO MUNDO SOCIAL

A questão mais seguidamente tratada em matéria de história do Ensino Superior é aquela de sua função social. Ela foi colocada, desde o fim dos anos 1960, por historiadores anglo-saxões que refletiam quanto às relações que os sistemas sociais e educativos mantinham nos contextos de alterações socioeconômicas. O estudo da história da França estava então em pleno desenvolvimento

nas universidades norte-americanas, e os doutorandos estrangeiros encontravam nos seminários organizados na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) um local de acolhimento intelectual, particularmente devido a Pierre Bourdieu e a Victor Karady. Essas condições concorriam para fazer da história do ensino superior francês um tema de escolha nas universidades norte-americanas. Deve-se ressaltar que esses trabalhos, que permanecem ainda hoje referências incontornáveis, foram raramente traduzidos² e não são sempre citados nas publicações ulteriores. Tiveram, entretanto, um papel de destaque nos debates internos à história das ciências francesa³.

A segunda metade do século XIX, período central da Revolução Industrial e de transformação das sociedades européias, constituía um momento-chave para esta questão das relações entre sistema educativo e sistemas sociais; os trabalhos comparativistas não deixam a desejar quanto às transformações do ensino das elites na Europa e na América do Norte nesta época⁴. Ademais, este quadro cronológico era particularmente favorável ao estudo do caso francês, pois este englobava a renovação do Ensino Superior dirigida pelos republicanos após sua chegada ao poder em 1879. Tornava-se então possível interrogar-se sobre a parte relativa das condições socioeconômicas e da vontade política neste processo de re-fundação e de modernização da universidade francesa. Incontestavelmente, é o livro de George Weisz, publicado em 1983⁵, que constitui a referência quanto a essa questão. Nele, o autor demonstra que a reforma resulta de uma conjuntura específica, na qual se encontram as aspirações das novas elites à formação, o projeto político dos republicanos e o desejo dos universitários de afirmar sua autonomia profissional.

A maior parte desses trabalhos, desenvolvidos nos anos 1970 ou no começo da década seguinte, deram-se em um contexto muito favorável à história social e à sociologia da educação, que viu ocorrerem pesadas enquetes quantitativas. As transformações que o Ensino Superior havia conhecido desde sua re-criação no início do século XIX beneficiaram-se também do recurso às estatísticas e dos estudos prosopográficos, para mensurar a evolução da parte dos grupos sociais concernidos pela formação “superior” e proceder a uma análise mais apurada das populações discentes ou docentes. Mas, por razões técnicas, essas abordagens não podiam englobar a totalidade do Ensino Superior, motivo pelo qual delas provém uma imagem um pouco distorcida da realidade. As disparidades na conservação dos dossiês bibliográficos e as diferenças de tamanho das populações envolvidas tiveram como consequência o foco da atenção nas grandes escolas e instituições parisienses que são, aliás, conhecidas pela concentração da elite universitária,

docente e discente. Assim, conhece-se bem a Escola Normal Superior de Paris⁶, a de Saint-Cloud⁷, a Escola Politécnica⁸, o Conservatório Nacional das Artes e Ofícios⁹, a Escola Central e as faculdades parisienses¹⁰. Na maioria das vezes, esses trabalhos de história social desembocaram na produção de dicionários biográficos, cujo conjunto sempre constitui um instrumento muito útil. Contudo, essas enquetes e publicações concernem somente a instituições precisas e tratam de períodos heterogêneos, o que dificulta as comparações. Além disso, este foco nas grandes escolas e em Paris acentua mais ainda o específico desequilíbrio do modelo de ensino superior francês, concentrando o olhar na parte mais elitista do dispositivo, enquanto deixa à sombra a maioria das universidades, onde se formou um maior número de alunos desde o fim do século XIX¹¹. Assim, o questionamento se desloca do conjunto das relações entre as diferentes categorias sociais no Ensino Superior para o estudo das estratégias de uma parte limitada das elites. Ao ocorrer isso, os implícitos e delicados equilíbrios que permitem a coexistência das duas vias de formação superior (universidades e grandes escolas) jamais são estudados como tais, nem tampouco sua colocação, respectivas funções, complementaridade ou concorrência.

1 Os universitários: um corpo profissional?

A questão da relação entre as elites e o Ensino Superior engendrou uma forte polarização quanto à análise do corpo universitário, isto é, sobre a parte das elites que investiam profissionalmente na área. Esta abordagem, que se estruturou, em um primeiro momento, em torno das noções de campo e autonomia, parcialmente emprestadas de Pierre Bourdieu, visa a pôr em evidência a existência (ou a inexistência) de um corpo profissional acadêmico: características sociais, práticas sociais e profissionais, representação de si, etc.

Ainda que os dicionários biográficos provenientes desta abordagem forneçam importante matéria sociológica, não conseguiram, até este momento, fazer nascer uma verdadeira reflexão sobre o conjunto. Eles contêm numerosas informações sobre parte dos professores da primeira metade do século XIX, mas se aprofundam essencialmente no período da Terceira República, privilegiando a análise em termos de ruptura mais que a de transformação. Certamente, as importantes modificações que resultam das reformas republicanas contribuem para redefinir de maneira duradoura a organização do sistema universitário e acarretam a emergência de novas práticas profissionais. Em um contexto de afirmação das disciplinas acadêmicas, as condições de entrada na profissão, o desenvolvimento das carreiras e o exercício profissional mudam profundamente, assim como a definição da atividade científica. Surgem novas normas, controladas

pelas próprias universidades. Esta transformação, que é o produto conjunto do desejo das universidades e da estreiteza de seus laços com os republicanos então no poder, foi analisada como resultante de um “trabalho permanente de conquista e de definição” de uma identidade própria¹². Nesta abordagem historiográfica, o projeto prosopográfico é central, visando à consideração do conjunto dos agentes e de suas disposições sociais. Aliado à abordagem estatística, ele permite a produção de uma visão dinâmica do corpo profissional considerado e de seus subgrupos. Christophe Charle realizou a síntese dos trabalhos dos anos 1980 em *La République des universitaires* (1994), em que desenha o retrato dos professores das faculdades parisienses à época da Terceira República. Assim, traz luz à homogeneização social desses professores, o que aumenta a diversificação das estratégias intelectuais individuais. Ao mesmo tempo, ele observa o processo de profissionalização e a colocação de uma divisão científica do trabalho no âmbito de cada faculdade, assim como a existência, em longo prazo, de modos de funcionamento específicos a cada uma. Os trabalhos de Victor Karady sobre a Terceira República¹³, e depois os de Pierre Bourdieu, nos anos 1960¹⁴, desenvolvem conclusões idênticas. Para tanto, o Ensino Superior só é apreendido pelo ângulo das instituições da capital, sobretudo as mais prestigiosas dentre elas, sendo o interior visto como apenas contraste para as carreiras parisienses. A evidenciação de uma forte hierarquia, simultaneamente entre os locais, instituições e disciplinas, e a demonstração de seu papel na estruturação do campo acadêmico são o aporte inegável desses trabalhos. Contudo, estes tendem a restringir o questionamento às estratégias elitistas, deixando de lado outros aspectos, particularmente o papel dos estabelecimentos intermediários ou as lógicas regionais de organização. Ademais, o quadro regulamentar da profissão universitária permanece pouco conhecido, sendo o único artigo que disso trata o de Françoise Mayeur, publicado nos registros do colóquio organizado em 1985 por Christophe Charle e Régine Ferré¹⁵.

Desde então a questão inicial da existência de um corpo acadêmico não foi inteiramente resolvida. A articulação entre as práticas e os regulamentos, os efeitos estruturais de uma organização que privilegia as relações verticais (no âmbito dos campos disciplinares) e o modo de funcionamento das instâncias de certificação profissional ainda permanecem diversos temas a serem trabalhados para quem pretende lidar com a questão da profissionalização. A unidade do corpo acadêmico ou, ao contrário, sua divisão estrutural em tantos grupos profissionais quanto existirem conjuntos disciplinares, é assunto cuja atualidade é, aliás, notável: se a existência de uma norma própria ao mundo universitário e transcendente às especificidades nacionais está no centro dos debates

que animam opositores e partidários das reformas atualmente em curso na Europa, as pesquisas efetuadas não permitem seu esclarecimento¹⁶. Abandonando a comparação das práticas profissionais, elas se concentram na questão do lugar que ocupa o grupo dos universitários no seio de cada sociedade, particularmente em relação às outras elites. Deste modo, Christophe Charle realizou uma comparação entre os professores das universidades de Paris e de Berlim, entre 1870 e 1940¹⁷, temática essa que também era a do grupo de trabalho que ele dirigiu com Jürgen Schriewer no fim dos anos 1980¹⁸. O interesse desta abordagem comparada conduz ao desejo de que pudesse ser prolongada, englobando as características profissionais das diferentes comunidades universitárias (modalidades de carreira, práticas de ensino e de pesquisa, articulação dos níveis locais e nacionais...).

2 Os estudantes: um grupo social?

Assim como os universitários, os estudantes, enquanto grupo social, são abordados pelo viés de um questionamento categorial. Comparados aos professores, dos quais se conservaram os dossiês individuais e cuja comunidade se pode reconstituir muito facilmente através dos anuários, os estudantes constituem uma massa mais complexa a ser compreendida, devido às lacunas nas estatísticas e nas fontes seriais¹⁹. O primeiro trabalho desenvolvido foi contá-los, o que fez Jean-Claude Caron quanto à primeira metade do século XIX²⁰, assim como Pierre Moulinier quanto à segunda²¹. Para tanto, a historiografia existente não oferece, tampouco, a perspectiva do conjunto: os estudantes em questão são parisienses e, em larga medida, provenientes das faculdades profissionais (como Medicina e Direito), sendo verdade que elas são as únicas, até 1877, a ter um verdadeiro público estudante. Resta saber se é possível definir uma categoria social pouco homogênea, ainda que somente no nível dos modos de vida e das práticas de sociabilidade. Pierre Moulinier põe em evidência a existência de tal grupo social, certamente polimorfo, mas ainda assim identificável: ele é essencialmente definido pelo olhar vindo do exterior (uma classe de idade, “uma juventude temida, supervisionada, rebelde”), mas se traduz também pela existência de uma “comunidade de vida e de interesses” que confere forte identidade a seus membros. Conclusões análogas se encontram na tese que Didier Fischer dedica aos estudantes após a Segunda Guerra Mundial²². Mas estas abordagens parciais não permitem apreender perfeitamente as apostas sociais ligadas à escolha das bases, das instituições e dos cursos. Falta igualmente uma história estatística dos estudantes de longa duração, cujas fontes, para o século XX, estão disponíveis no Centro dos Arquivos Contemporâneos de Fontainebleau.

Ao contrário, e mais do que nos trabalhos dedicados aos professores, os estudantes são seguidamente percebidos sob o ângulo de sua inclinação política. Foi constituída uma equipe de pesquisa em torno desta questão, o Groupe d'étude et de recherche sur les mouvements étudiants (GERME)²³, muito ativo na análise da politização estudante desde 1945. Mas os movimentos dos anos 1960 não são os únicos a fornecer material para uma pesquisa sobre os comportamentos políticos dos estudantes. J.-C. Caron e P. Moulinier já haviam dedicado longos capítulos aos estudantes que se encontram na ponta do combate liberal, na primeira metade do século XIX, e depois na ruptura fundamental que constitui a Revolução de 1848: esta, engendrando o aliamento dos estudantes à república burguesa, tem por consequência o desaparecimento, por algumas décadas, desta posição de opositor político, que só ressurgirá após a Segunda Guerra mundial. Contudo, por um longo período, a politização estudante permanece estrutural²⁴, particularmente a atenção às questões internacionais, cujos temas são largamente substituídos pelos estudantes estrangeiros presentes no Ensino Superior francês²⁵.

Esta abordagem, em termos de história social ou de história sociopolítica, que se desenvolveu principalmente durante as duas últimas décadas, permitiu traçar os contornos dos grupos sociais implicados no Ensino Superior. Todavia, ela pouco se preocupou com os conteúdos dos ensinamentos, ou com a história das disciplinas e dos saberes. Esta última começou a se desenvolver em seguida, de maneira independente, apoiando-se raramente nos trabalhos de história social dos anos precedentes, preferindo os estudos micro-históricos (sociologia de um pequeno grupo). Como a disciplina histórica em seu conjunto, a história do Ensino Superior viveu a transferência do social ao cultural, sem melhor chegar a uma síntese das duas abordagens.

II. A HISTÓRIA DAS DISCIPLINAS PROVENIENTES DAS LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS: ELOGIO DA VERTICALIDADE E DA MONUMENTALIDADE

A história das disciplinas acadêmicas²⁶ coloca desde a origem a complexa questão de sua privilegiada pertença à história intelectual (história dos saberes e de sua produção) ou à história da educação (difusão, transmissão, reprodução). Diferentemente das disciplinas escolares, ainda que possam compartilhar os mesmos objetos, as disciplinas acadêmicas se percebem (e são percebidas) como ciências, provenientes, portanto, mais de uma lógica própria à atividade científica do que de um processo de construção no âmago de um dispositivo de ensino. Ao fazer isso, a existência de disciplinas identificadas a tantas

ciências particulares e que constituem, em essência, o modo de organização normal dos saberes, claramente se impôs durante longos anos, sem que uma verdadeira reflexão tenha sido apropriada sobre o papel do ensino em sua construção, diferentemente do que ocorreu no caso das disciplinas escolares²⁷. Desta forma, são consideradas várias instituições autônomas cujas histórias são escritas de maneira paralela. Por outro lado, naturalizando no trabalho de investigação histórica o corte acadêmico herdado, os pesquisadores fortalecem a situação de clivagem vertical que foi evidenciada pelos trabalhos de história social e de sociologia dos universitários²⁸: prova disso é o pequeno número de trabalhos que se interessam simultaneamente por diversas disciplinas. O corte disciplinar faz, então, sentido e obtém o acordo tácito de todos aqueles que se debruçam sobre a questão, o que às vezes pode acarretar problemas, particularmente em relação aos primeiros anos do século XIX, época na qual as disciplinas estão ainda fracamente institucionalizadas. Disso resulta um (aparente) duplo regime de produção, que desemboca por fim no mesmo efeito redutor: de uma parte, os trabalhos monodisciplinares; de outra, os colóquios ou obras coletivas que reivindicam a comparação, mas que são, sobretudo, justaposições de monografias disciplinares, mesmo quando o programa inicial reclamava uma vontade de apreensão do objeto em seu conjunto²⁹.

Por muito tempo relegada a uma genealogia das idéias, a história das disciplinas provenientes das Letras e das Ciências Humanas se renovou profundamente nos últimos vinte anos. Devido ao impulso das pesquisas sobre os processos de inovação desenvolvidos pela história das ciências anglo-saxã³⁰, ela centrou-se na análise dos mecanismos de institucionalização das disciplinas acadêmicas. O interesse polarizou-se na construção institucional, social e epistemológica em funcionamento em cada espaço disciplinar. Trata-se de compreender o “momento”, as condições e as formas nas quais um novo campo do saber chega a constituir-se em um espaço institucional de definição, de produção e de difusão da ciência. A análise sociológica é seguidamente mobilizada neste projeto, mesmo se permanece geralmente limitada ao estudo do pequeno grupo considerado, e se foca na evidência das redes ativas nesta operação; ela visa à objetivação do processo, ao desvelamento das estratégias seguidamente inconscientes dos atores que contribuem para fixar os quadros de organização de uma disciplina, estratégias que têm efeitos estruturantes em matéria de escolha de objeto e de método. Esta abordagem concerne mais aos sociólogos e estudiosos de política do que aos historiadores³¹. Ela foi desenvolvida especialmente por Pierre Bourdieu, e depois por outros autores, a partir da noção de campo científico³².

Esta perspectiva, que pretende apreender tanto as condições (sociais, institucionais e políticas) de produção de um discurso científico quanto o próprio discurso (formas, práticas intelectuais, objetos...), permitiu recontextualizar e esclarecer painéis inteiros da história científica e cultural francesa. O período revolucionário (entendido em sentido lato), por exemplo, forneceu um terreno de reflexão particularmente fecundo sobre a questão das ciências morais e políticas, pondo em evidência os quadros sociais nos quais essas novas disciplinas se inseriam³³. A relação com o Estado e a colocação do político na emergência e na construção de novos saberes foram bem estudados³⁴. Começa-se igualmente a dispor de certos trabalhos sobre as disciplinas relativas ao mundo social ou econômico³⁵.

Apesar desta abertura para outro tratamento das disciplinas literárias e das Ciências Humanas, o principal limite dos estudos que são a ele dedicados permanece o fechamento no corte institucional. Essas disciplinas costumam ser percebidas somente em si mesmas, sem que seja produzida uma análise quanto à sua participação a um dispositivo mais amplo ou que as especificidades do campo considerado sejam relacionadas aos campos concomitantes do saber, ainda que no seio de uma mesma faculdade; a comunidade universitária enquanto tal é somente considerada no que permite evidenciar efeitos pontuais de concorrência. Disso resulta uma dificuldade de recolocar em causa a “naturalidade” das disciplinas estudadas. Como o corte disciplinar não está submetido às mesmas pressões institucionais nos países anglófonos, lá a reflexão se orienta atualmente para uma interrogação “pós-disciplinar”, que visa a ultrapassar as pressões do quadro intelectual de tal divisão do saber³⁶. Este questionamento do caráter evidente do corte disciplinar está recém em seus primórdios na França, como percebemos através de uma das últimas obras coletivas publicadas sobre a questão³⁷.

Contudo, podemos distinguir, a partir de agora, dois regimes historiográficos diferentes, segundo o estatuto das disciplinas estudadas. De um lado, as disciplinas canônicas, apoiadas em um dispositivo de ensino que se prolonga do secundário ao superior, pelo viés da agregação, tiveram por principal investimento a formação dos professores especialistas, isto é, a reprodução do corpo: as pesquisas se limitam seguidamente a uma abordagem internalista, fixada essencialmente em uma genealogia das idéias e em uma focalização das grandes figuras, o que tem por consequência a redução dos universitários à sua dimensão intelectual. É nos trabalhos estrangeiros, raramente traduzidos, que se encontram análises em termos de história social das profissões. O caso da história da disciplina histórica é muito significativo nesse sentido. Os trabalhos

sobre o período contemporâneo se concentram nos “momentos” intelectuais e políticos que os autores julgam ser particularmente significativos: a monarquia de julho, a fundação do “método histórico”, com Gabriel Monod, Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, a emergência dos *Annales* e, mais recentemente, os anos 1960³⁸. A maior parte desses trabalhos se interessa antes de tudo pelo conteúdo das inovações científicas e as ligam diretamente a indivíduos apresentados como fundadores; a fórmula editorial escolhida é seguidamente a do dicionário ou a da obra coletiva que trata de um aspecto limitado da disciplina³⁹. A história como profissão foi, por outro lado, objeto de trabalhos no exterior, particularmente quanto às últimas décadas do século XIX⁴⁰. Na França, somente Olivier Dumoulin produziu uma pesquisa sobre a história social da disciplina, em uma tese que, infelizmente, não foi publicada⁴¹. Disso deslindam-se particularmente os efeitos de estrutura e de conjuntura na emergência de novas correntes historiográficas e evidencia as condições que permitiram sua institucionalização, demonstrando como a crise da disciplina no fim dos anos 1920 é ligada, em grande parte, às consequências dos massivos recrutamentos da primeira década do século e ao resultante fechamento das carreiras nos anos que se seguem à Primeira Guerra Mundial. Os postos mais prestigiosos e as posições de poder são detidos pelos mais velhos, que os concentram em mãos durante várias décadas. A crise que se segue no início dos anos 1930, com a crítica da agregação, julgada por demais conservadora, e a proposição de novos paradigmas científicos (os *Annales*), só se resolverá pela decisão política de baixar a idade da aposentadoria universitária de 75 para 65 anos, em 1936, que cria assim a possibilidade para mais jovens de aceder aos postos de influência.

Apesar da qualidade dos trabalhos citados, seu foco na época da Terceira República não permite uma visão de conjunto do processo de construção disciplinar e de profissionalização que deu forma à comunidade atual de historiadores. É pelo viés de uma iniciativa européia que temos acesso a dados seriais sobre a longa duração, cada vez mais vista em um quadro comparativista. O programa da Fondation européenne pour la science – *Representation of the Past: the Writing of National Histories in Europe, 1800-2005* – dedicou-se, entre outras atividades, à produção de dois volumes que tratam da emergência e da institucionalização das comunidades de historiadores na Europa, a partir de bases de dados constituídos para cada país, em intervalos de 25 anos⁴². Foram reais as dificuldades na elaboração de um consenso aceitável sobre a própria definição da profissão de historiador, isto é, na escolha dos dados a serem levados em conta, mas eles permitiram a emergência das lógicas nacionais

específicas e a demonstração de como a organização de uma disciplina e suas orientações metodológicas e intelectuais podem estar estreitamente ligadas⁴³.

As novas disciplinas que tiveram de conquistar sua legitimidade universitária, pelo contrário, foram estudadas mais detalhadamente. Na França, elas seguidamente utilizaram as instituições externas à universidade (École des Chartes, Langues’O, Collège de France, École pratique des hautes études, CNRS...) para alcançar essa legitimidade e se encontraram inseridas nos conflitos de definição que põem em causa seus objetos e práticas. Os trabalhos que as concernem prendem-se, então, a esclarecer os procedimentos de construção e de distinção disciplinar: elaboração de uma linguagem, de práticas de pesquisa e de práticas pedagógicas; definição dos limites do espaço intelectual pertinente ao estudo das matérias estudadas, das teses e dos ensinamentos; análise das modalidades de recrutamento, da composição social do grupo, de sua evolução e da importância de suas ligações. A geografia, disciplina há muito subordinada à história no nível universitário, foi assim o objeto de numerosos trabalhos que demonstravam as condições nas quais pôde atingir o estatuto de disciplina autônoma. Se aí encontramos abordagens similares àquelas que foram postas em funcionamento no estudo da história⁴⁴, constata-se igualmente o desenvolvimento de pesquisas sobre essas práticas específicas, suas interações com o seu meio e os efeitos estruturais que elas podem produzir⁴⁵, que se inspiram em parte nos trabalhos conduzidos acerca das ciências exatas. A discussão trata, então, da pertinência que existe em transpor as análises desenvolvidas em história das ciências para o estudo das ciências humanas e das humanidades.

Para tanto, raros são os trabalhos que colocam enquanto tal a questão das disciplinas de Letras e de Ciências Humanas em sua dimensão propriamente acadêmica, a saber, como disciplinas ensinadas em um dispositivo de Ensino Superior complexo e hierarquizado, submetido a regras de funcionamento e a práticas que não se reduzem ao quadro da produção de saberes novos⁴⁶. Dentre eles, podemos citar o estudo de Alain Chenu dedicado à sociologia universitária⁴⁷, mas também os trabalhos que se interessam ao ensino das línguas estrangeiras⁴⁸. Mesmo quando o vínculo entre institucionalização disciplinar e profissionalização dos universitários é encarado pelo ângulo de uma reflexão teórica⁴⁹, a história propriamente universitária das disciplinas é tratada somente à margem de estudos mais gerais. Assim, os investimentos e as consequências de um modo de regulação profissional, organizado segundo um corte disciplinar de mais a mais preciso no seio das instâncias centrais de recrutamento e de gestão das carreiras acadêmicas (CNU⁵⁰ e seus precursores), jamais foram estudados. Além disso, tudo

o que concerne aos cursos e aos diplomas, sua lógica de organização e a transformação dos conteúdos é mal conhecido⁵¹.

Outra lacuna deve ser salientada: paradoxalmente, enquanto a sociologia apropriou-se desta questão, a história social das disciplinas ainda não foi escrita, seja a sociologia dos corpos docentes ou de suas práticas. Pouquíssimos trabalhos se interessaram pela questão da coerência ou da heterogeneidade das práticas profissionais fora do restrito âmbito da pesquisa⁵². Dentre os temas recentemente explorados, pode-se citar o “curso magistral”, que, após ter sido objeto de um seminário por vários anos, recentemente deu lugar a uma publicação⁵³.

Por outro lado, a sociologia mais apurada dos grupos disciplinares jamais foi sistemática o bastante para permitir uma verdadeira compreensão deles enquanto conjunto, exceto pelo livro de Christophe Charle sobre a Sorbonne da Terceira República. É para propor um instrumento ao mesmo tempo cientificamente rigoroso e possível de ser amplamente explorado que uma equipe de membros do SHE e do CNRS pôs em funcionamento um projeto de base de dados biográficos sobre o corpo docente das faculdades de Letras e de Ciências (1808-1940), sob a forma de uma operação colaborativa aberta a outros pesquisadores. A primeira etapa será a confecção de um dicionário biográfico do conjunto docente da Faculdade das Ciências de Paris (1808-1940), cuja publicação está prevista para 2010. Além disso, uma equipe de historiadores do Direito deu início, segundo o mesmo protocolo, à criação de uma base de dados sobre os professores das Faculdades de Direito de Paris e do interior entre 1802 e 1950. O conjunto desses dados, coletados e informados de forma idêntica, integrando uma grande quantidade de variáveis (origens sociais, vida familiar, formação, carreira acadêmica, atividades profissionais diversas, engajamento político...) permitiria a posterior disposição de informações necessárias a uma história social do corpo docente do Ensino Superior na longa duração e na diversidade dos locais e disciplinas. Estas informações oferecerão igualmente a possibilidade de refletir quanto à questão de uma “localização” das ciências⁵⁴.

III. ENSINO SUPERIOR E TERRITÓRIO: RUMO A UMA ABORDAGEM HORIZONTAL

A historiografia francesa do Ensino Superior não somente é prisioneira de uma escrita ligada a seu modo de organização vertical, como também frequentemente aceita como evidência o desequilíbrio entre Paris e o interior. Esta visão pode ser explicada pelas condições objetivas do trabalho histórico: as instituições mais bem conhecidas,

mais bem documentadas e mais prestigiosas estão em Paris, onde se concentram ainda hoje historiadores, arquivos e bibliotecas⁵⁵. Entretanto, o interior exerceu uma atração mais forte sobre os pesquisadores estrangeiros. Permanece então a difícil questão das fontes locais, que, por causa da ausência de serviços de arquivos no seio das universidades⁵⁶, se revelam seguidamente fracas em quantidade e, por vezes, mesmo em qualidade.

Duas universidades provinciais foram objeto de trabalhos conjuntos de pesquisadores americanos nos anos 1980⁵⁷. Nos dois casos, o propósito era uma abordagem global, levando em conta tanto os professores e os estudantes quanto os conteúdos de ensino e as relações com o ambiente local, particularmente em sua dimensão política. Esses trabalhos evidenciaram dois modelos opostos de inserção universitária em contextos regionais específicos. No caso de Toulouse, a Faculdade de Direito se caracteriza por um profundo enraizamento no substrato local – os universitários combinam perfeitamente suas funções de pessoas reconhecidas localmente à distinção, antes de tudo, por sua apatia política e intelectual, sendo o foco de sua energia a aquisição de uma posição que possa confortar ou melhorar sua situação familiar; ao contrário, o dispositivo de Strasbourg colocado pelos alemães após 1870, como aquele que os franceses instauram a partir de 1919, se caracteriza pela imposição de um corpo docente exterior. O objetivo aqui é de fabricar um estabelecimento de exceção, que por fim se releva estrangeiro o bastante para que as populações levem longos anos para terem-no como seu.

É na mesma época que se desenvolve, nos historiadores americanos das ciências, um conjunto de pesquisas sobre a inovação nas regiões do interior francês. Partindo da constatação de que alguns dos maiores expoentes científicos franceses desenvolveram toda a sua carreira no interior, esses historiadores se interrogaram acerca das condições propiciadas nas faculdades provinciais pela Reforma Liard, e particularmente sobre sua nova capacidade de receber financiamentos privados e utilizá-los para criar institutos na universidade. Diversos trabalhos evidenciam as condições locais de emergência da inovação científica, através do estudo dos institutos de ciências aplicadas de Toulouse, Grenoble, Nancy, Lyon, Bordeaux, ou Lille⁵⁸: Os sucessos locais estão ligados a um ambiente propício (aliança da ciência universitária e das necessidades industriais e sociais locais) e à presença de um verdadeiro mecenato local. O estudo dos universitários responsáveis pelo desenvolvimento dessas iniciativas fez com que aparecessem, em geral, características específicas (seja que eles não passaram pelas fileiras da excelência, seja que têm posições ideológicas muito fortes) que explicam por que, apesar de seus sucessos científicos, eles não concluem sua carreira na capital. Harry Paul chega

inclusive a fazer da tensão entre Paris e o interior um dos motores do desenvolvimento científico francês⁵⁹.

Esta reflexão sobre o Ensino Superior nas províncias foi retomada por pesquisadores franceses, no fim dos anos 1980, em diferentes projetos, dentre os quais um programa interdisciplinar sobre a cidade (PIR-Cidades do CNRS), dedicado ao estudo histórico dos “sistemas locais de inovação”⁶⁰, e, em 1995, um colóquio dedicado à Lorena⁶¹. Este movimento “regionalista” deu lugar a um número de trabalhos que tomam duas formas principais: teses focando-se em uma cidade⁶² e colóquios ou obras coletivas dedicados ao estudo de uma região⁶³. Por último, ocorreram programas locais de pesquisa, como em torno do pólo científico de Nancy ou de Física em Strasbourg⁶⁴. É preciso ressaltar que essas pesquisas concernem essencialmente às disciplinas científicas; as monografias que tratam de Faculdades de Letras ou de Direito são bem mais raras⁶⁵. Mas, em nenhum momento, a oferta local de Ensino Superior é encarada levando em conta todas os seus componentes. De outra parte, a região parisiense parece até aqui excluída desta problemática, inclusive por um tratamento parcial (por exemplo, aquele das ciências)⁶⁶.

A abordagem em termos de estudo das relações entre os níveis local e nacional permanece ainda muito embrionária, ainda que a problemática das relações centro-periferia, tanto no plano regulamentar quanto naquele das realizações concretas, tenha demonstrado, na ocasião de um colóquio ocorrido em 2008, a que ponto poderia se revelar fecunda⁶⁷. Somente um período muito recente (aquele dos planos 2000 e U3M e, mais recentemente, da colocação de PRES) consistiu objeto de trabalhos de geógrafos e sociólogos⁶⁸. A questão das relações políticas entre Paris e o interior no domínio do Ensino Superior foi tratada seguidamente de maneira superficial. As histórias da Reforma Liard, ou do Ensino Superior nesta época, sempre mencionam o debate inicial sobre a ciência nas províncias e sua resolução: os reformadores desejavam ver um número limitado de pólos universitários provinciais (quatro ou cinco), a fim de logo lhes dar uma massa crítica, mas os debates parlamentares, particularmente no Senado, impuseram por fim a manutenção de todos os centros acadêmicos existentes. As consequências desta escolha são seguidamente discutidas: fragilidade do sistema de Ensino Superior das províncias, em parte afastado da pesquisa e dos verdadeiros locais de formação das elites, posição hegemônica de Paris em matéria científica... Mas a análise histórica das condições, das formas e do futuro desse debate político inicial ainda não foi realizada.

Ainda outro elemento contextual poderia ser mais levado em conta (em certas monografias, isso ocorre): o papel do Ensino Superior privado regional. Por exemplo, este pressionou o Estado a mover a universidade e a reitoria

de Douai para Lille, quando lá se desenvolveu uma oferta de ensino privado particularmente atraente através de seu Institut Catholique. Ademais, raros são os trabalhos sobre as condições de descentralização do Ensino Superior desde os anos 1950 (pode-se tomar como exemplos disso o desenvolvimento de ENSI⁶⁹, o deslocamento para Toulouse do ensino aeronáutico, a escolha de criar a École de Santé Publique em Rennes, ou ainda a criação das faculdades de Orsay e de Nanterre...). Em um país em que a questão da descentralização é permanente objeto de discussão, e, sobretudo um dos elementos que estruturam o debate político, é uma grande pena que ela não figure no centro de uma interrogação que trate do Ensino Superior, que também traz em si grandes clivagens.

Nenhum dos três componentes que sucessivamente dominaram a historiografia francesa do Ensino Superior na França nos últimos quarenta anos está esgotado. As mais antigas, ao contrário, souberam se renovar, ampliar seu campo de investigação e colocar-se em uma perspectiva que não é mais a da história das elites, das ciências ou dos saberes, mas simplesmente aquela do Ensino Superior francês. O desenvolvimento dos trabalhos sobre o Ensino Secundário nas províncias é, em si, um fator favorável a esta abordagem global e reequilibrada. Todavia, nesta perspectiva, as lacunas da pesquisa são ainda numerosas. A primeira trata incontestavelmente das reformas da universidade no século XX, reformas que podemos ler como momentos de ruptura ou, ao contrário, de adaptação. Aquelas que ocorreram desde o início dos anos 1990 começam a ser bem conhecidas, particularmente através dos trabalhos de Christine Musselin⁷⁰ e seus alunos. A Reforma Edgar Faure, de 1968 é, por sua vez, um deserto historiográfico, mesmo nesse período de intensa comemoração dos quarenta anos de maio de 1968, além da fácil acessibilidade dos arquivos⁷¹. A análise das dificuldades encontradas pelos reformadores sucessivos há mais de um século mereceria ser aprofundada. Christophe Charle propõe uma possível explicação para isso em *La République des universitaires*: como o corpo docente acadêmico nunca havia constituído uma unidade, as oposições internas sempre permaneceram muito fortes e estruturam duravelmente as relações entre os agentes. Não há, então, “front corporativo comum” e “os conflitos internos da vida universitária traduzem-se novamente segundo as tensões sociais externas”⁷². Centrada nas propriedades sociais dos universitários, esta análise poderia ser enriquecida pela consideração do funcionamento estrutural do sistema e de suas particularidades organizacionais, além do estudo do perfil dos reformadores e do conteúdo das reformas. No contexto reformador de hoje, só podemos desejar

o desenvolvimento de estudos que permitam melhor compreender as atuais escolhas em matéria de reforma e as tensões a que elas induzem⁷³.

Uma questão corolária permanece amplamente em suspenso: a relativa aos efeitos da forte segmentação do Ensino Superior. A situação francesa é, em vários aspectos, muito diferente daquela de seus vizinhos com, como dizia Lucien Febvre, nos anos 1930, um Ensino Superior de tipo “anglicano”⁷⁴, definido por um sistema empírico no qual coexiste, por trás da aparência de uma estrutura fortemente centralizada, uma dupla organização: de uma parte, um conjunto que depende diretamente do Estado, e de outra, múltiplas iniciativas privadas, locais, confessionais, que respondem a uma demanda social não levada em conta pela potência pública e que produz, no total, uma oferta contrastante de Ensino Superior. Poder-se-ia acrescentar a isso a dualidade particular que constitui a coexistência, no próprio núcleo da oferta pública de Ensino Superior, de um grupo elitista (as grandes escolas) política e socialmente estável na longa duração, com uma universidade devotada à consideração da massificação dos estudos e regularmente beneficiada. O dispositivo parece, assim, extremamente difícil de ser apreendido em sua integralidade, devido à superposição das dualidades (Paris vs províncias, ensino público vs ensino privado, grandes escolas vs universidades, mas também ensino vs pesquisa).

Outros aspectos ainda da história do Ensino Superior francês permanecem pouquíssimo conhecidos. É o caso dos cursos, dos grupos e dos procedimentos de certificação, concursos e exames. A tese, para não nos valermos somente desse exemplo, nunca foi objeto de um estudo histórico conjunto: a única obra publicada sobre esse assunto é uma compilação de alguns artigos, aos quais é acrescida uma lista de textos regulamentares⁷⁵. As instâncias que visam a regular o funcionamento das instituições (conselhos das faculdades ou das universidades) ou dos corpos (Conselho consultivo do Ensino Superior público, Conselho consultivo das universidades, Conselho nacional das universidades) ainda não foram tema de pesquisas. A direção geral do Ensino Superior no ministério tampouco já foi estudada⁷⁶. O lugar das mulheres no Ensino Superior francês constitui igualmente um domínio ainda pouco explorado, estando fora dos trabalhos que relacionam mulheres e ciência nas últimas décadas do século XX⁷⁷. Enfim, as comparações com os sistemas estrangeiros, que poderiam esclarecer as especificidades nacionais, permanecem ainda raros. Pode-se pensar que, ao reconhecer o Ensino Superior francês como objeto histórico que merece ser estudado em si, e ao se ter como programa comum contribuir para uma história global deste objeto específico, a pesquisa tem todas as chances não só de melhor apreendê-lo, mas também de

esclarecer seus diversos aspectos sob um ângulo novo e, assim, contribuir para a compreensão dos campos conexos entre os quais ele se dividiu até aqui.

NOTAS

¹ Não é uma preocupação puramente formal assinalar que este artigo não visa de forma alguma à exaustividade: o único efeito disso seria um acúmulo desmesurado de referências bibliográficas. Pareceu-nos mais interessante tentar estudar de maneira sintética as principais orientações da pesquisa.

² O essencial de sua difusão se deu através de artigos que publicaram nos periódicos de sociologia (assim, a *Revue Française de Sociologie* publicou Terry Shin, Terry Clark, George Weisz e John Craig, assim como os *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*) e de Christophe Charle, nas revistas de história (especialmente nos *Annales*).

³ Dentre eles, numerosos historiadores das ciências. Cf. a apresentação de Fabien Locher in *Histoire de l'éducation*, 122, 2009, p. 11-33 (número spécial: “L'enseignement supérieur: bilan et perspectives historiographiques”).

⁴ Citemos, dentre os mais conhecidos: Fritz Ringer, *Education and Society in Modern Europe*, Bloomington: Indiana University Press, 1979; Fritz Ringer, Detlef K. Müller e Brian Simon (dir.), *The Rise of the Modern Educational System: Structural Change and Social Reproduction 1870-1920*, Cambridge/Paris: Cambridge University press/Éd. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

⁵ *The Emergence of modern universities in France: 1863-1914*, Princeton (N.J.)/Guildford (R.U.), Princeton University Press, 1983. Esta obra provém de sua tese de doutorado: *The Academic Elite and the Movement to Reform the French Higher Education, 1850-1885*, defendida em 1976. Ver o trabalho que dela fez Françoise Mayeur, “Une réforme réussie de l'enseignement supérieur en France”, *Histoire de l'éducation*, n. 22, p. 3-17, maio de 1984.

⁶ Entre outros: Robert J. Smith, *The École Normale Supérieure and the Third Republic*, Albany, SUNY, 1982; Craig S. Zwerling, *The Emergence of the École normale supérieure as a Center of Scientific Education in XIXth Century France*, Londres/New York: Garland, 1990; Victor Karady, “Scientists and class structure: social recruitment of students at the parisian École normale supérieure in the nineteenth century”, *History of Education*, n. 2, p. 99-108, 1978.

⁷ Jean-Noël Luc, Alain Barbé, *Des normaliens, histoire de l'École normale supérieure de Saint-Cloud*, Paris: Presses de la FNSP, 1982.

⁸ Terry Shinn, *Savoir scientifique et pouvoir social. L'École polytechnique 1794-1914*, Paris, Presses de la FNSP, 1980; Bruno Belhoste, *La Formation d'une technocratie. L'École polytechnique et ses élèves de la Révolution au Second Empire*, Paris: Belin, 2003.

⁹ Cf. *Les Cahiers d'Histoire du CNAM*, publicados a partir de 1992.

¹⁰ Não cabe aqui arrolar a exaustiva lista desses trabalhos, que podem ser encontrados por via da bibliografia da história da educação (<http://www.inrp.fr/she/bhef/>).

¹¹ Este desequilíbrio historiográfico é particular à França e não somente ao Ensino Superior, como se pode constatar no caso do ensino técnico: Cf. Gérard Bodé, Philippe Savoie, “L'approche locale de l'histoire des enseignements techniques et intermédiaires: nécessités et limites”, *Histoire de l'éducation*, n. 66, p. 5-13, maio 1995.

¹² Jürgen Schriewer, Christophe Charle et al. (dir.), *Sozialer Raum und akademische Kulturen: studien zur europäischen Hochschul – und Wissenschaftsgeschichte im 19. und 20. Jahrhundert/À la recherche de l'espace universitaire européen: études sur l'enseignement supérieur aux XIXe et XXe siècles*, Frankfurt: Peter Lang, 1993, p. 17.

¹³ Um artigo dentre outros: Victor Karady, “Les professeurs de la République. Le marché scolaire, les réformes universitaires et les transformations de la fonction professorale à la fin du XIXe siècle”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 47-48, p. 90-112, 1983.

¹⁴ Pierre Bourdieu, *Homo Academicus*, Paris, Éd. de Minuit, 1984.

¹⁵ Christophe Charle, Régine Ferré (dir.), *Le Personnel de l'enseignement supérieur aux XIXe et XXe siècles*, Paris, Éd. du CNRS, 1985.

¹⁶ Jürgen Schriewer, Christophe Charle et al. (dir.), *Sozialer Raum und akademische Kulturen...*, op. cit.

¹⁷ Christophe Charle, *La République des universitaires*, Paris: Seuil, 1994.

¹⁸ Aliás, estes trabalhos comparativistas constituíram a ocasião para Christophe Charle de dirigir um número especial dedicado às universidades alemãs: *Histoire de l'éducation*, n. 62, *Les Universités germaniques, XIXe-XXe siècles*, maio de 1994.

¹⁹ Existem, contudo, fontes seriais, mas estas são ainda pouco exploradas. Uma equipe de historiadores do direito interessa-se atualmente por um fichário dos doutores em direito conservado na série F 17 dos arquivos Nacionais, cujo estudo permitiria um maior conhecimento deste grupo particular de estudantes. Cf. Armelle Le Goff, “Les Archives nationales et l’histoire de l’enseignement”, *Histoire de l’éducation*, n. 119, jul./set. 2008, p. 82-87: <http://histoire-education.revues.org/index1877.html>.

²⁰ Jean-Claude Caron, *Généralisations romantiques 1814-1851. Les étudiants de Paris et le Quartier latin*, Paris: A. Colin, 1991.

²¹ Pierre Moulinier, *Naissance de l’étudiant moderne, XIXe siècle*, Paris: Belin, 2002.

²² Didier Fischer, *L’Histoire des étudiants en France de 1945 à nos jours*, Paris, Flammarion, 2000.

²³ <http://www.germe.info/>.

²⁴ Cf. Jean-François Sirinelli, *Génération intellectuelle: khâgneux et normaliens dans l’entre-deux-guerres*, Paris, Fayard, 1988; ou Emmanuel Naquet, *Un mouvement typique de la France de l’entre-deux-guerres: la LAURS (Ligue d’action universitaire républicaine et socialiste)*, tese de doutorado, Université Paris X, 1987.

²⁵ Cf. Peter Hartmut Rüdiger, Natalia Tikhonov (dir.), *Universitäten als Brücken in Europa. Studien zur Geschichte der studentische Migration/ Les Universités: des ponts à travers l’Europe. Études sur l’histoire des migrations étudiantes*, Frankfurt-am-Main, Peter Lang, 2003; Caroline Barrera, *Étudiants d’ailleurs: histoire des étudiants étrangers, coloniaux et français de l’étranger de la faculté de droit de Toulouse, XIXe siècle-1944*, Albi, Presses du Centre universitaire Champollion, 2007.

²⁶ A questão da história das ciências é tratada no artigo de Fabien Locher (*Histoire de l’éducation*, 122, 2009, p. 11-33 (numéro spécial: “L’enseignement supérieur: bilan et perspectives historiographiques”). Não trataremos aqui da história das disciplinas ensinadas nas faculdades profissionais. Quanto às faculdades de direito, pode-se encontrar um conjunto de trabalhos na *Revue d’histoire des facultés de droit*. A história das disciplinas médicas foi tratada de modo comparativista por George Weisz, *Divide and Conquer: a Comparative History of Medical Specialization*, Oxford: Oxford University Press, 2006.

²⁷ Cf. André Chervel, “L’histoire des disciplines scolaires. Réflexions sur un domaine de recherche”, *Histoire de l’éducation*, n. 38, maio de 1988, p. 59-119. É uma questão que encontramos recentemente colocada em Jean Boutier, Jean-Claude Passeron, Jacques Revel (dir.), *Qu’est ce qu’une discipline?*, *Enquête*, n. 5, 2006.

²⁸ Cf. em particular Christine Musselin, *La Longue marche des universités françaises*, Paris: PUF, 2001.

²⁹ Ver, por exemplo, Marie-Louise Pelus-Kaplan (dir.), *Unité et globalité de l’homme. Des humanités aux sciences humaines*, Paris: Éditions Syllepse, 2006.

³⁰ Na qual particularmente Thomas S. Kuhn *La Tension essentielle. Tradition et changement dans les sciences*, Paris: Gallimard, 1990 (primeira ed. Chicago, 1977).

³¹ Cf. O número da revista *Politix* dedicado às *Fronteiras disciplinares*, n. 29, 1995.

³² Pierre Bourdieu, “Le champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison”, *Sociologie et sociétés*, v. 7, n. 1, 1975, p. 91-118. Dentre um conjunto de trabalhos recentes, pode-se citar o artigo de Johan Heilbron, “The Rise of Social Science Disciplines in France”, *Revue européenne des sciences sociales*, XLII, 129, 2004, p. 145-157.

³³ Ao menos três teses tratam desta questão: Dominique Dammame, *Histoire des sciences morales et politiques et de leur enseignement des Lumières au scientisme*, tese de Estado de ciência política, Université Paris I, 1982; Corinne Delmas, *Instituer des savoirs d’État. L’Académie des sciences morales et politiques au XIXe siècle*, Paris: L’Harmattan, 2006; Jean-Luc Chappey, *La Société des Observateurs de l’homme (1799-1804). Des anthropologues sous Bonaparte*, Paris: Société des études robespierristes, 2002.

³⁴ Uma ótima ilustração desta problemática se encontra na tese de Pierre Singaravélou, *Professer l’Empire: l’enseignement des “sciences coloniales” en France sous la IIIe République*, tese do doutorado em história, Université Paris I, 2007. Cf. Igualmente seu artigo neste número.

³⁵ Ver, por exemplo, Fabienne Pavis, Marie-Emmanuelle Chessel, *Le Technocrate, le patron et le professeur. Une histoire de l’enseignement supérieur de gestion*, Paris: Belin, 2001.

³⁶ Charles Camic, Hans Joas (dir.), *The Dialogical Turn. Roles for Sociology in the Post Disciplinary Age. Essays in Honor of Donald N. Levine*, Lanham: Rowman and Littlefield, 2003.

³⁷ Cf. Jean Boutier, Jean-Claude Passeron, Jacques Revel (dir.), *Qu’est ce qu’une discipline?*, *op. cit.*

³⁸ Um grupo de pesquisa se constituiu em torno de Agnès Callu sobre o tema “Os historiadores e Maio de 1968”. A pesquisa e os arquivos orais coletados nesta ocasião estão apresentados no site: <http://mai68etleshistoriens.org/>.

³⁹ Citemos, dentre outros: Stéphane Audoin-Rouzeau, Dominique Barthélemy, Annette Becker, *Les Historiens*, Paris: A. Colin, 2003; ou ainda Christian Amalvi, *Dictionnaire biographique des historiens français et francophones*, Paris, La Boutique de l’histoire, 2004; mais antigo, François Bédarida (dir.), *L’Histoire et le métier d’historien en France: 1945-1995*, Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1995.

⁴⁰ Pim Den Boer, *History as a profession. The Study of History in France, 1818-1914*, Princeton, Princeton University Press, 1998; Gabriele Lingelbach, *Klio macht Karriere. Die Institutionalisierung der Geschichtswissenschaft in Frankreich und den USA in der zweiten Hälfte des 19. Jahrhunderts*, Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 2003.

⁴¹ Olivier Dumoulin, *Profession historien, 1919-1939: un métier en crise?*, tese de 3º ciclo, EHESS, 1983. Certos elementos deste trabalho são, contudo, reutilizados em sua biografia de Marc Bloch, *Marc Bloch*, Paris, Presses de Sciences Po, 2000. A tese de Charles-Olivier Carbonell, *Histoire et historiens: une mutation idéologique des historiens français, 1865-1885*, Toulouse: Privat, 1976, é anterior, mas trata só parcialmente dos historiadores universitários.

⁴² Ilaria Porciani, Lutz Raphael (dir.), *Atlas of the Institutions of European Historiographies 1800 to the Present*, Houndmills, Basingstoke, Palgrave MacMillan, 2009; Ilaria Porciani, Jo Tollebeek (dir.), *Institutions, Networks and Communities of National Historiography. Comparative Approaches*, Houndmills, Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2009.

⁴³ Emmanuelle Picard, “Quelques réflexions autour du projet de l’European Science Foundation: Representation of the Past: The Writing of National Histories in Europe”, *Histoire de l’éducation*, n. 113, janeiro de 2007, p. 111-115 (<http://histoire-education.revues.org/index562.html>). As bases de dados sobre a França podem ser consultadas através do site: <http://www.inrp.fr/she/nhist/scripts/index.php>.

⁴⁴ Alfred Fierro, *La Société de géographie, 1821-1946*, Genève, Droz, 1983; André Meynier, *Histoire de la pensée géographique*, Paris: PUF, 1969.

⁴⁵ Guy Baudelle, Marie-Vic Ozouf-Marignier, Marie-Claire Robic (dir.), *Géographes en pratique (1870-1945). Le terrain, le livre, la cité*, Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2001.

⁴⁶ Assim, os artigos publicados na principal revista dedicada a esta questão, a *Revue d’histoire des sciences humaines*, abordam só marginalmente a questão do ensino das disciplinas de que tratam.

⁴⁷ Alain Chenu, “Une institution sans intention. La sociologie en France depuis l’après-guerre”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 141, 2002, p. 46-61.

⁴⁸ Cf. Michel Espagne, *Le Paradigme de l’étranger: les chaires de littérature étrangère au XIXe siècle*, Paris: Le Cerf, 1993; ou Marie-Pierre Pouly, “Révolution spécifique et reproduction disciplinaire. L’anglais de la Sorbonne à Vincennes” in Charles Soulié (dir.), *De Vincennes à Saint-Denis. Éléments pour une histoire sociale de Paris VIII*, Paris: Presses Universitaires de Vincennes, 2009.

⁴⁹ Yves Gingras, “L’institutionnalisation de la recherche en milieu universitaire et ses effets”, *Sociologie et sociétés*, v. 23, n. 1, 1991, p. 41-54.

⁵⁰ CNU: Conseil national de Universités, instância que autoriza os candidatos a postular um cargo de “maître de conférences” ou de professores da universidade, e que gerencia a carreira universitária.

⁵¹ Os trabalhos da sociologia do currículo se concentram no ensino primário e secundário. Quanto ao superior, todavia, podemos citar Annie Dufour, *Les Enjeux de l’enseignement de la sociologie dans une école d’ingénieurs: analyse du curriculum de l’Institut Supérieur d’Agriculture Rhône-Alpes de 1968 à 1994*, tese de Ciências da Educação, Université Lyon 2, 1998.

⁵² Cf. Françoise Waquet, *Parler comme un livre. L’oralité et le savoir (XVIIe-XXe siècle)*, Paris: A. Michel, 2003. Comprova também o fato de que a grande maioria das intervenções no seminário de história do Ensino Superior (Service d’histoire de l’éducation, INRP) organizado em 2008-2009 sobre o tema das práticas acadêmicas apresenta pesquisas inéditas e realizadas para a ocasião: http://www.inrp.fr/she/seminaire_hist_ens_sup08.htm.

⁵³ Cf. Annie Bruter (dir.), “Le cours magistral, XVe-XXe siècles”, *Histoire de l’éducation*, n. 120, 2008. Um segundo número está previsto para 2010.

⁵⁴ Frédéric Audren, “Comment la science sociale vient aux juristes? Les professeurs de droit lyonnais et les traditions de la science sociale (1875-1935)” in David Deroussin (dir.), *Le Renouveau des sciences sociales et juridiques sous la IIIe République. La Faculté de droit de Lyon*, Paris: Éd. La Mémoire du Droit, 2007, p. 3-50.

⁵⁵ 42,5% dos historiadores estão vinculados às universidades e aos organismos de pesquisa da região parisiense em 2005 (dados provenientes da enquete *Representation of the Past: the Writing of National Histories in Europe, 1800-2005*, apresentada *supra*).

⁵⁶ Foi só muito recentemente que postos de arquivistas de universidade foram criados, e estes ainda podem ser contados nos dedos da mão.

⁵⁷ John E. Craig, *Scholarship and Nation Building. The University of Strasbourg and Alsatian Society, 1870-1939*, Chicago/Londres, The University of Chicago Press, 1984; John M. Burney, *Toulouse et son université. Facultés et étudiants dans la France provinciale du XIX^e siècle*, Toulouse/Paris: Presses Universitaires du Mirail/CNRS, 1988.

⁵⁸ Robert Fox, George Weisz (dir.), *The Organization of Science and Technology in France 1808-1914*, Cambridge/Paris: Cambridge University Press/Éd. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1980; Harry W. Paul, *From Knowledge to Power. The Rise of the Science Empire in France, 1860-1939*, Cambridge: Cambridge University Press, 1985; Marie-Jo Nye, *Science in the Provinces. Scientific Communities and Provincial Leadership in France, 1860-1930*, Berkeley: University of California Press, 1986. Cf. o artigo de Fabien Locher neste número.

⁵⁹ Harry W. Paul, *From Knowledge to Power... op. cit.*

⁶⁰ Dele resultou uma relação de pesquisa que permaneceu inédita: Michel Grossetti et al., *Villes et institutions scientifiques*, relação para o PIR-VILLES, CNRS, junho de 1996. Ver também Michel Grossetti, *Science, industrie et territoire*, Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1995.

⁶¹ André Grelon, Françoise Birck (dir.), *Des ingénieurs pour la Lorraine, XIXe-XXe siècles*, Metz: Éd. Serpenoise, 1998.

⁶² Marc Suteau, *Une ville et ses écoles. Nantes, 1830-1940*, Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1999; Anne Bidois, *La Formation scientifique et technique dans l'enseignement supérieur à Rouen (1809-1985): essai de sociologie historique*, tese de sociologia, Université de Rouen, 2004.

⁶³ Jean Dhombres (dir.), *La Bretagne des savants et des ingénieurs, 1825-1900*, Rennes, Éditions Ouest-France, 1994; Gérard Emptoz (dir.), *Histoire de l'université de Nantes, 1460-1993*, Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002.

⁶⁴ Cf. A apresentação dessas pesquisas que Laurent Rollet faz in *Histoire de l'éducation*, 122, 2009, p. 11-33 (número spécial: "L'enseignement supérieur: bilan et perspectives historiographiques").

⁶⁵ Jean-François Condette, *La Faculté des lettres de Lille de 1887 à 1945. Une faculté dans l'histoire*, Lille, Presses universitaires du Septentrion, 1999; Marc Malherbe, *La Faculté de droit de Bordeaux, 1870-1970*, Bordeaux: Presses universitaires de Bordeaux, 1996. Os institutos e cátedras de universidade pertencentes às faculdades de letras são ainda muito pouco conhecidos.

⁶⁶ Em um artigo dedicado ao livro de André Tuilier, *Histoire de l'Université de Paris et de la Sorbonne*, Paris: Nouvelle Librairie de France, 1994, Laurence Brockliss lamenta a ausência de uma verdadeira história geral da universidade em questão e o explica notadamente por uma história

institucional fragmentada: "Corporatisme, Église et État: l'Université de Paris, c. 1200-1968", *Histoire de l'éducation*, n. 77, 1998, p. 35-45.

⁶⁷ "L'État et l'éducation, 1808-2008", colóquio organizado pelas universidades Paris IV-Sorbonne e Lille III e pelo Service d'histoire de l'éducation (INRP). Este colóquio, cujo programa pode ser consultado através da internet, (http://www.inrp.fr/she/universite_imperiale_bicentenaire_programme.htm), que deve ser objeto de uma publicação em 2010.

⁶⁸ Cf., por exemplo, Jérôme Aust: "Les implantations universitaires entre sectorisation et décentralisation" in Pierre Muller (dir.), *Action publique et changements d'échelle. Les nouvelles focales du politique*, Paris: L'Harmattan, 2007, p. 283-294; ou Myriam Baron, "La formation supérieure en régions (France)", *Cybergéo, revue européenne de géographie*, n. 279, 2004, pode ser consultado pela internet no endereço: <http://www.cybergeo.eu/index2575.html>.

⁶⁹ ENSI – Écoles nationales supérieures d'ingénieurs (escolas públicas que recrutam seus estudantes através de concurso).

⁷⁰ Erhard Friedberg, Christine Musselin, *L'État face aux universités en France et en Allemagne*, Paris: Anthropos, 1993.

⁷¹ Cf. Fabien Oppermann, "La mission des Archives nationales auprès des ministères de l'Éducation nationale et de l'Enseignement supérieur et de la Recherche. Activités des années 2007 et 2008", *Histoire de l'éducation*, n. 121, 2008 (pode ser consultado através da internet, no endereço: <http://histoire-education.revues.org/index1821.html>).

⁷² *Op. cit.*, p. 11.

⁷³ Duas sessões do colóquio "État et éducation, 1808-2008" citado *supra* foram ocasião de comunicações acerca das figuras dos reformadores. A publicação desses textos deveria fornecer um aporte fecundo a esta reflexão.

⁷⁴ Fórmula retomada por Robert D. Anderson, *European Universities from the Enlightenment to 1914*, Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 186.

⁷⁵ Claude Jolly, Bruno Neveu (dir.), *Éléments pour une histoire de la thèse*, Paris, Klincksieck, 1993; um capítulo do livro de Gérard Noiriel, *Sur la crise de l'histoire*, Paris: Gallimard, 2005, é igualmente dedicado à tese de história na virada do século.

⁷⁶ É preciso, contudo, mencionar a obra pioneira de Guy Caplat e Bernadette Lebedeff-Choppin, *L'Inspection générale de l'enseignement supérieur au XIX^e siècle*, Paris: INRP, 2002. Podemos igualmente citar a obra recente de Jean-François Condette, *Les Recteurs d'académie en France de 1808 à 1940*, t. I, *La formation d'une élite administrative au service de l'instruction publique*, Lyon: INRP, 2006.

⁷⁷ Cf. O artigo de Natalia Tikhonov neste número, que demonstra a fraqueza das pesquisas históricas do gênero. Podemos nos reportar aos trabalhos de Catherine Marry sobre mulheres e ciência: ver, por exemplo, Michèle Ferrand, Françoise Imbert, Catherine Marry, *L'Excellence scolaire, une affaire de famille: le cas des normaliennes et normaliens scientifiques*, Paris: L'Harmattan, 1999.